

VISÃO GERAL DOS PROBLEMAS E DA POLÍTICA AMBIENTAL NO BRASIL¹

Sandra Regina Ribeiro de Moraes²
Frederico Araújo Turolla³

1 - INTRODUÇÃO

O Planeta Terra enfrenta hoje os desafios relacionados ao aumento da população mundial e a crescente industrialização. O padrão histórico de consumo e industrialização causou alterações significativas sobre o meio ambiente. Por outro lado, há algumas décadas, o mundo assiste a uma propagação da consciência ecológica e crescente preocupação com alternativas de desenvolvimento sustentável, que vêm permitindo que a busca de mecanismos de ação para utilização responsável dos recursos naturais seja inserida na agenda da ação do Estado.

Em face da complexidade e do caráter interdisciplinar das políticas públicas voltadas para o meio ambiente, a questão é muitas vezes tratada por partes. A revisão bibliográfica permite a identificação de ampla literatura voltada para questões específicas, mas menos abundante no que se refere a uma visão integrada desses problemas. Embora as contribuições pontuais sejam fundamentais para o avanço no entendimento dos problemas econômicos ligados à questão do meio ambiente, não se deve perder de vista que algumas recomendações derivadas de avaliações pontuais podem gerar implicações negativas com relação a outros conjuntos de problemas. É relevante, portanto, o esforço de sistematização dessas contribuições. A vantagem desse esforço é a de oferecer elementos para que se busque a coerência sistêmica em estudos espe-

cíficos de temas ambientais.

O principal objetivo deste trabalho é realizar uma sistematização da literatura em dois conjuntos. No primeiro, busca levantar os principais problemas ambientais brasileiros e no segundo, é avaliado o conjunto das políticas públicas que o Estado⁴ brasileiro vem dirigindo aos problemas identificados, incluindo o aparato legal e institucional.

2 - PRINCIPAIS PROBLEMAS AMBIENTAIS BRASILEIROS

O principal fato, que contribuiu para o quadro atual de degradação ambiental no País, foi o movimento de industrialização e urbanização, que ocorreu de forma acelerada no período que compreende as décadas de 1930 a 1970, especialmente em 1974, com a implantação do II Plano Nacional de Desenvolvimento, em que o objetivo da política econômica não se compatibilizou com a proteção ao meio ambiente. Embora existam várias medidas de controle implantadas ou em pauta na agenda estatal, diversos exemplos de uso não sustentável de recursos estão presentes no País. São exemplos:

- **Poluição atmosférica** - caracterizada principalmente pela queima incompleta de combustíveis fósseis, para fins de transporte, aquecimento e

¹Versão preliminar deste trabalho foi apresentada no VII Encontro Nacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente (ENGEMA), FEA/USP e FGV/EAESP, em novembro de 2003. Os autores agradecem os comentários e sugestões de parecerista anônimo da revista *Informações Econômicas*, cabendo, no entanto, aos autores a responsabilidade por eventuais incorreções remanescentes.

²Economista, Faculdades Oswaldo Cruz (e-mail: srrmoraes@hotmail.com).

³Economista, Mestre, Professor do Departamento de Economia das Faculdades Oswaldo Cruz (e-mail: fredturolla@gvmail.br).

⁴O conceito de Estado utilizado neste trabalho segue Bresser Pereira (1995). O Estado pode ser entendido como a organização dotada do poder político de legislar e tributar, que são poderes cujo alcance extrapola os seus próprios limites. O Estado inclui o chamado aparelho de Estado, compreendendo o governo, a burocracia e a força pública. O governo, em especial, depende da correlação de forças políticas que o ocupem temporariamente. O Estado, entretanto, não se limita a esse aparelho, sendo composto também pelo sistema constitucional-legal vigente. Assim, nota-se que este trabalho não se preocupa com os diversos governos e as correlações de forças políticas que a ele dão suporte, mas sim com a evolução das políticas do Estado em relação ao meio ambiente, sendo que elas não dependem apenas da ação do Poder Executivo, mas sim de uma resultante da interação complexa entre a atuação dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

produção industrial, por meio de fontes fixas e fontes móveis, com foco nos grandes centros urbanos.

Os níveis de ozônio na atmosfera são freqüentemente ultrapassados. Entretanto, nos últimos anos, houve redução nos níveis de fumaça, monóxido de carbono e dióxido de enxofre, que também se reduziu a ponto de atender os padrões impostos pela legislação (CETESB, 2003).

- **Resíduos sólidos** - caracterizado basicamente pelo lixo não coletado e indevidamente disposto, que atinge as águas pluviais urbanas e rurais, gerando contaminação hídrica e, também, poluição atmosférica.

Em 1989 o Brasil produzia 96 mil toneladas/dia de lixo, dos quais 29% tinham destino adequado, enquanto que os 71% restantes eram depositados inadequadamente. Em 2000, 59% ainda possuíam destino inadequado (IBGE, 2000).

- **Poluição hídrica** - de modo geral, são caracterizados como: a poluição por esgotos domésticos, industrial, disposição dos resíduos de origem agrícola e outros. Também há problemas de poluição dos oceanos, devido ao aumento da população em zonas costeiras, além dos vazamentos oriundos de atividades como extração de petróleo. A importância do sistema de saneamento é evidente.

Entretanto, em 2000, somente 52,2% do número total de domicílios brasileiros eram atendidos por rede geral de esgoto (IBGE, 2002). Nesse quadro há disparidades regionais. A Região Norte tem a maior parte de sua população não atendida por rede geral (92,9%), em contraste com a Região Sudeste, onde apenas 7% da população não possui acesso aos serviços.

- **Desflorestamento** - a discussão do desflorestamento é central no Brasil. A questão envolve um dilema entre aspectos ambientais e econômicos, pois a biodiversidade representa um grande potencial econômico, a produção de madeira é a terceira maior do mundo e as relações com o mercado externo vêm aumentando. Em contraste à importância econômica, o uso insustentável das florestas gerou diversos impactos de grande relevância sobre os biomas existentes no País⁵.

Na Amazônia a área total desflorestada

⁵O desflorestamento foi responsável por diversos impactos como a perda da biodiversidade, aumento na emissão de dióxido de carbono, degradação do solo e outros fatores.

é de 15% em relação ao total. A situação é crítica e tem aumentado ao longo dos anos, principalmente no Estado do Pará. Na mata Atlântica a situação é ainda mais crítica, pois restam menos de 10% de sua área original (IBGE, 2000).

3 - INSTITUCIONALIDADE DO MEIO AMBIENTE E POLÍTICA EXTERNA

Os problemas de meio ambiente estão largamente associados a falhas do sistema de mercado. A maioria dos economistas tende a enxergar os problemas ambientais como meros defeitos na alocação de recursos, que poderiam ser corrigidos através de taxações específicas. Argumentam que as externalidades negativas⁶ devem ser incorporadas ao sistema de preços, restabelecendo a coincidência entre o ótimo individual e o ótimo coletivo (VEIGA, 1991). Na realidade, entretanto, a incorporação das externalidades negativas ao sistema de preços não é um processo trivial e não raro está associado a um papel ativo do Estado na execução de um papel de alocador de recursos que, se deixado à mercê das forças do mercado livre, produz depleção de recursos naturais ou ambientais a taxas que não se sustentam intertemporalmente.

Nesse contexto, a política ambiental pode ser considerada como um conjunto de instrumentos à disposição do Estado para alterar a alocação de recursos, de forma a reduzir o consumo de bens e serviços escassos sujeitos a externalidades negativas, tais como: o ar, que age como veículo de descarga de resíduos de processos de combustão e de diversos processos industriais; os recursos hídricos que são receptores de efluentes derivados de processos industriais e da própria vida humana; e vários outros.

A utilização mais ativa de instrumentos de política ambiental pelo Estado brasileiro começou a se fortalecer, no Brasil, ao longo dos anos 70s, principalmente devido ao impacto político da Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, realizada em junho de 1972,

⁶As externalidades são efeitos, favoráveis ou desfavoráveis, que uma atividade qualquer exerce fora de seu próprio âmbito. Assim, com a construção de uma nova avenida, os proprietários dos terrenos antes desvalorizados situados em suas margens se apropriarão de externalidades positivas. Pelo mesmo raciocínio, os vizinhos de uma refinaria de petróleo estarão sendo agraciados com uma externalidade negativa.

em Estocolmo, Suécia (BAER, 1996).

A criação da estrutura pública de regulação iniciou-se com a criação da Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), em 1973. Em 1981, foi criado o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA)⁷, pela Lei 6.938, que instituiu a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), que utiliza como principal instrumento de planejamento o Zoneamento Ecológico Econômico para planejar o desenvolvimento do território.

A promulgação da Constituição Federal de 1988 trouxe um capítulo sobre o Meio Ambiente e inseriu mudanças significativas na área ambiental. No mesmo ano foi instituída a Lei de Crimes Ambientais (Lei 9.605), contribuindo para o fortalecimento dos instrumentos de direito ambiental.

Em 1989, a SEMA foi extinta, com a criação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), pela Lei 7.735. Em 1992, foi criado o Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal (MMA), pela Lei 8.490, que assumiu a coordenação da PNMA, sendo responsável pela definição de objetivos, metas e políticas ambientais para o País.

Em sua configuração atual, o SISNAMA compõe-se basicamente de duas esferas: de formulação de políticas, do qual fazem parte o CONAMA, órgão superior do sistema, e o MMA, órgão central; e a esfera de execução de políticas, que destinam-se ao IBAMA, executor da política federal de meio ambiente e de todos os órgãos setoriais, estaduais e municipais.

A Comissão Mundial sobre Meio Ambiente das Nações Unidas lançou a idéia de desenvolvimento sustentável, ou seja, que o desenvolvimento econômico de hoje deve se realizar sem comprometer o desenvolvimento econômico das gerações futuras (COMISSÃO, 1994). Este aspecto foi tema central da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), realizada no Brasil em 1992, denominada Rio-92.

O documento mais importante gerado pela Rio-92 foi a Agenda 21⁸, que dispõe sobre

⁷A partir da criação do SISNAMA, foram definidos os principais instrumentos de uma política global relativa a esta área, orientada para ações descentralizadas.

⁸A estratégia de internalização das proposições da Agenda nas políticas públicas brasileiras está estruturada em compromisso firmado entre a CPDS e o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, para que as estratégias cons-

ações sociais e econômicas; conservação e gestão dos recursos para o desenvolvimento; fortalecimento dos principais grupos sociais e meios de implementação. No Brasil, ela foi lançada em julho de 2002 e as Agendas Locais estão aos poucos sendo elaboradas. A questão das mudanças climáticas, vista como um sério problema mundial, também foi resultado da ECO-92, que gerou a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, assinada por mais de 150 países, que deu origem ao Protocolo de Quioto⁹, em 1997.

Em setembro de 2002, as Nações Unidas patrocinaram uma nova conferência, a Rio+10, em Johannesburgo, África do Sul. O objetivo foi buscar consenso na avaliação das condições ambientais e sociais atuais e nas prioridades para ações futuras, mas os resultados não estiveram de acordo com o que se esperava e ainda foram sujeitos a diversas críticas.

4 - POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS NO BRASIL

Os problemas ambientais se avolumaram ao longo dos séculos, precisamente em função da falha do sistema de mercado em alocar eficientemente os recursos naturais. Assim, a reversão desses problemas requer intervenção decisiva do Estado. O papel regulador do Estado é estratégico por favorecer a emergência do compromisso entre interesses múltiplos da sociedade, investidores, empresas, entre outros.

Um aspecto fundamental relacionado à escolha das políticas públicas ambientais diz respeito à disposição da sociedade em internalizar o custo ambiental, necessidade que decorre do impacto das políticas ambientais sobre os preços e custos. As principais formas de intervenção pública na área ambiental caracterizam-se por medidas diversas como: a utilização de instrumentos econômicos (taxação, subsídios, mer-

titulam a base da elaboração do Plano Plurianual brasileiro, que incorpora a política ambiental desde 1997.

⁹O Protocolo estabelece que os países terão a obrigação de reduzir a quantidade de gases efeito estufa em pelo menos 5% em relação aos níveis de 1990. Essas reduções devem acontecer em várias atividades econômicas, pois o protocolo estimula os países a cooperarem entre si, através de algumas ações básicas como, por exemplo, o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), que permite aos países a comercialização das cotas de emissão de poluentes.

cados de direitos de uso); normas e regulamentos; fiscalização, dentre outros. Também se caracterizam por meio das políticas setoriais adotadas, sendo algumas, consideradas de maior relevância, relacionadas a seguir:¹⁰

- **Políticas de proteção à atmosfera:** é de competência dos estados a execução de programas de monitoramento da qualidade do ar, mas o cumprimento dessa diretriz não é uniforme entre eles. Existem medidas de controle, como o Programa de Particulados na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), que atua desde 1979, com o objetivo de melhorias tecnológicas em fontes fixas; o Controle para Dióxido de Enxofre e a Operação Rodízio, realizada entre 1995 e 1998. Em 1989, foi instituído o Programa Nacional da Qualidade do Ar (PRONAR), para gerenciar as fontes de poluição do ar, e a resolução do CONAMA 08/90, que estabeleceu limites máximos de poluentes de fontes fixas.

O Brasil tem contribuído por meio dos programas implementados (CÂMARA e SANTOS, 2002), no combate ao agravamento dos riscos globais de mudanças climáticas, participando com compromissos para a implementação do Protocolo de Quioto (Quadro 1).

- **Políticas de resíduos sólidos:** a gestão de resíduos é de responsabilidade dos estados sendo que alguns deles já possuem legislação nesse sentido. As ações de gestão de resíduos são regionalizadas, de forma que cada estado e município se organize financiando suas ações por meio de entidades competentes, no intuito de estimular o consumo sustentável, promovendo o destino adequado do lixo e a principal ação: a educação ambiental.

O processo de coleta seletiva e reciclagem tem sido promovido pelo Poder Público municipal em algumas cidades, pelo setor privado e catadores individuais, que caracterizam a operacionalização de um sistema informal de coleta (DEMAJOROVIC, 1996). Algumas ações em âmbito federal também foram desenvolvidas, enquanto não se procede à aprovação da Política Nacional dos Resíduos Sólidos, necessária para regulação do setor (Quadro 2).

- **Políticas de saneamento e recursos hídricos:** o Sistema de Gerenciamento dos Recursos Hídricos é integrado pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), Agência Nacional

das Águas (ANA), Comitês de Bacias Hidrográficas, órgãos do poder público federal, estadual e municipal. É de competência da União legislar sobre as águas e de competência comum dos Estados e Municípios além da União promover a melhoria das condições desses recursos e o combate à poluição (MINISTÉRIO, 1998).

A Lei n. 9.433, de 1997, instituiu o plano de uma nova Política Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos e organizou as instituições em um sistema integrado de gerenciamento. Esta lei foi modificada pela Lei n. 9.984, de 2000, que criou a Agência Nacional das Águas.

No caso do saneamento básico, a demanda pelos serviços sofreu forte pressão durante o processo de industrialização. A resposta em termos de políticas públicas foi dada principalmente com a criação do Plano Nacional de Saneamento (PLANASA) na década 1970, que possibilitou melhorias no sistema, apesar de suas deficiências (Quadro 3)¹¹.

- **Políticas de proteção às florestas:** os principais instrumentos que regulamentam a questão florestal no País são: o Código Florestal (Lei 4.771/95), a Lei de Proteção à Fauna (Lei 5.197/67) e a Política Nacional de Meio Ambiente (Lei 6.938/81). De importância relevante, cita-se a criação da Secretaria de Biodiversidade e Florestas (SBF) em 1999, com a competência de propor, definir e implementar políticas que estimulem o uso sustentável da biodiversidade; e a implantação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), que caracteriza áreas protegidas, aplicando garantias na manutenção da diversidade biológica.

Houve nos últimos anos, medidas em prol da redução do desmatamento (MINISTÉRIO, 1997), sendo exemplos, a extinção dos incentivos fiscais à agropecuária em áreas florestais e a isenção do Imposto Territorial Rural (ITR) de áreas de propriedade com cobertura florestal, reduzindo alíquotas para áreas com planos de manejo florestal (Quadro 4).

¹⁰ Levantamento efetuado, com base nos documentos de Câmara; Santos (2002) e IBAMA (2000).

¹¹ O PLANASA permitiu ampliar a cobertura dos serviços de forma significativa, mas se apresentou em crise nos anos 80s, devido à ineficiência operacional e ao alto custo financeiro dos empréstimos da década anterior.

QUADRO 1 - Políticas Destinadas à Poluição Atmosférica

Política	Lei - objetivos	Principais resultados
PROCONVE (Programa de Controle de Emissões Veiculares)	Resolução CONAMA - 018, 1986 - (Nacional). Contenção de emissões atmosféricas nos grandes centros urbanos pelas fontes móveis.	<ul style="list-style-type: none"> • Considerado em nível internacional como um dos melhores planos para o controle de emissão em fontes móveis. • Responsável pela redução do nível de CO e incentivos à melhoria do desenvolvimento tecnológico, na engenharia automotiva e nos métodos de medição de emissão de poluentes.
PRONAR (Programa Nacional do Ar)	Resolução CONAMA - 005, 1989 - (Nacional). Estabelecimento de estratégias para controle, preservação e recuperação da qualidade do ar.	<ul style="list-style-type: none"> • Estabelecimento em nível nacional dos critérios para elaboração de planos para redução da poluição do ar. • Programas Estaduais e metas de médio prazo não implementadas de acordo com o esperado por falta de comprometimento de alguns Estados.
Operação inverno	CETESB, 1976 - Atual (SP). Ações preventivas em período crítico de dispersão de poluentes.	<ul style="list-style-type: none"> • Resultados positivos em termos de redução da poluição do ar para material particulado e monóxido de carbono. • Padrões de qualidade do ar de alguns poluentes ainda são ultrapassados.

Fonte: Dados da pesquisa.

QUADRO 2 - Políticas Destinadas aos Resíduos Sólidos

Política	Lei - objetivos	Principais resultados
REBRAMAR (Rede Brasileira de Manejo Ambiental de Resíduos)	Portaria Normativa do IBAMA nº 45, 1995 - (Nacional). Promover o desenvolvimento de programas de gestão de resíduos, disseminar tecnologias apropriadas e estratégias sobre o manejo de resíduos.	<ul style="list-style-type: none"> • Disseminação de vários projetos e alternativas de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, além de estudos e pesquisas realizadas através de entidades competentes. • Participação no Programa Lixo e Cidadania.
PROGRAMA BRASIL JOGA LIMPO	MMA, 1999 - (Nacional). Reduzir a geração do lixo, melhorar e aumentar sua coleta garantindo uma disposição final adequada.	<ul style="list-style-type: none"> • Convênios com prefeituras para implementação de projetos de gerenciamento de resíduos sólidos urbanos. • Participação em projetos de ações locais, que propiciam maior índice de destinação adequada de resíduos.
Programa Nacional Lixo e Cidadania	UNICEF/MMA, 1999 - (Nacional). Programas de coleta seletiva, erradicar lixões e inserir em um contexto social pessoas que "vivem" dos lixões.	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de 22 Fóruns Estaduais, para coordenação de projetos locais, por adesão voluntária dos municípios. • Mais de 30.000 crianças inseridas do contexto social, que trabalhavam em lixões.

Fonte: Dados da pesquisa.

QUADRO 3 - Políticas Destinadas aos Recursos Hídricos e Saneamento

Política	Lei - objetivos	Principais resultados
SNGRH (Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos)	Lei 9.433, 1997 - (Nacional). Introduzir novos instrumentos e mecanismos de gestão, devido à constatação da má gestão dos recursos hídricos e ambientais.	<ul style="list-style-type: none"> • Avanços da ordenação institucional do setor.
PQA (Projeto Qualidade das Águas e Controle da Poluição Hídrica)	1995 - (Nacional). Apoiar de forma técnica e financeira o preparo de programas de investimento destinados ao saneamento.	<ul style="list-style-type: none"> • Os programas na década de 1990 geraram razoável cobertura dos serviços de saneamento básico, entretanto, não foram suficientes para a cobertura da totalidade dos problemas do País, principalmente devido à falta de regulamentação dos dispositivos da Constituição de 1988, além da escassez de recursos públicos para investimento.
PROSANEAR (Modalidade do Programa Pró-Saneamento)	1995 - (Nacional). Promover ações integradas de saneamento, com a participação da comunidade.	
PRÓ-SANEAMENTO	1995 - (Nacional). Promover a melhoria das condições de saúde e da qualidade de vida da população.	

Fonte: Dados da pesquisa.

QUADRO 4 - Políticas Destinadas ao Desflorestamento

Política	Lei - objetivos	Principais resultados
PNF (Programa Nacional de Florestas)	Decreto 3.420, 2000 - (Nacional). Implementação do desenvolvimento florestal sustentável; proteção da diversidade biológica; compatibilização do desenvolvimento florestal sustentável com as políticas setoriais e o desenvolvimento institucional.	<ul style="list-style-type: none"> • Parceria firmada com 17 estados, porém o programa ainda se encontra em fase de implementação. • Os objetivos da política não apresentam resultados positivos, tendo o índice de desmatamento apresentado um crescimento de 40%.
SIVAM (Sistema de Vigilância da Amazônia)	Ministério da Aeronáutica, 1997 - (Nacional). Levantamento de dados referente às potencialidades de limitações da região amazônica, ação predatória, narcotráfico e agressão ao ecossistema.	<ul style="list-style-type: none"> • Organização de banco de dados georeferenciado sobre a Amazônia e diversos estudos e pesquisas. • Apresentação de problemas estruturais.
PROARCO (Programa de Monitoramento, Prevenção e Controle de Incêndios Florestais na Amazônia)	MMA/INPE, 1998 - (Nacional). Ações de prevenção, fiscalização, controle e combate aos incêndios florestais.	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento de mapas de riscos e base de dados para controle e prevenção de incêndios florestais. • Redução do índice de queimadas na Amazônia Legal, passando de 29.059 km²/ano no período 1994/95, para 13.037 km² em 1997.
PPG-7 (Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil)	Acordo Internacional, 1992 - (Nacional). Iniciativa dos países que compõem o G-7, para promover a Conservação de Áreas Protegidas, Fortalecimento Institucional e Pesquisa Científica.	<ul style="list-style-type: none"> • Diversos projetos empreendidos na Amazônia como o Pró-Manejo (apoio ao manejo sustentável comunitário e ampliação de unidades de conservação) e outros, além do apoio prestado a centros de pesquisa.

Fonte: Dados da pesquisa.

5 - CONCLUSÕES

A questão ambiental criou forças nos últimos anos. O poder público em seus vários níveis, as empresas e toda a sociedade civil estão cada vez mais conscientes do problema que a deterioração ou o uso não sustentável do meio ambiente pode causar à humanidade.

No Brasil, particularmente, a questão ambiental encontra-se hoje incorporada na agenda política e no planejamento empresarial. Entretanto, o equacionamento dos problemas ambientais não é trivial e requer uma análise mais profunda e abrangente das relações entre as atividades econômicas e a base natural que estas exploram, ou seja, a adaptação das políticas ambientais ao crescimento econômico.

Essas políticas não são de fácil implementação, pois exigem realocação eficaz de recursos escassos e a participação da sociedade e empresas na internalização de custos. É necessário haver preocupação em incorporar às decisões viabilidade política, econômica e institucional.

Embora se tenha evoluído no que diz respeito à redução da degradação do meio ambiente, ainda se verifica uma grande quantidade de ações que não foram acompanhadas de investimentos capazes de consolidar um novo padrão de sustentabilidade ambiental no País. Os investimentos públicos continuaram a representar uma pequena fração dos recursos direcionados à área, sendo ainda dependentes da cooperação internacional e dos instrumentos de política econômica e do desenvolvimento regional.

LITERATURA CITADA

BAER, W. **A economia brasileira**. São Paulo: Nobel, 1996.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **Estado, aparelho de estado e sociedade civil**. Brasília, out. 1995. (Texto para Discussão ENAP, n. 4).

CÂMARA, J. B. D.; SANTOS, T. C. C. S. (Orgs.). **Geo Brasil: perspectivas do meio ambiente no Brasil**. Brasília: IBAMA, 2002. 397 p.

CETESB. **Relatório de qualidade do ar no estado de São Paulo – 2002**. São Paulo, 2003. 74 p.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Campus, 1994.

DEMAJOROVIC, J. A evolução dos modelos dos resíduos sólidos e seus instrumentos. In: POLÍTICA ambiental e gestão dos recursos naturais. **Cadernos Fundap**, São Paulo, n. 20. p. 47-54, maio/ago. 1996.

IBAMA - INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. **Gestão dos recursos naturais**: subsídios à elaboração da Agenda 21 brasileira. Brasília, 2000.

IBGE. **Indicadores de desenvolvimento sustentável - Brasil 2002**. Rio de Janeiro, 2000. 197 p.

_____. **Pesquisa nacional de saneamento básico**: 2000. Rio de Janeiro, 2002.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **A caminho da Agenda 21 brasileira: princípios e ações**. Brasília, 1997. 326 p.

_____. **Recursos hídricos no Brasil**. Brasília, 1998. 33 p.

VEIGA, J. E. Contabilidade ambiental. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 3 ago. 1991.

VISÃO GERAL DOS PROBLEMAS E DA POLÍTICA AMBIENTAL NO BRASIL

RESUMO: *Este trabalho propõe uma abordagem sistemática dos problemas de meio ambiente e das políticas públicas a eles dirigidas pelo Estado brasileiro. O levantamento desses dois conjuntos de problemas e de políticas públicas não procura ser exaustivo nem completo, apenas pretende avançar em direção a um esforço de sistematização que permita a visualização dessas políticas em um contexto abrangente. Seu objetivo é reunir, de forma sucinta, os elementos fundamentais relativos ao tema em duas dimensões: por meio de um levantamento geral dos principais problemas ambientais no País e de análise das políticas públicas, dirigidas aos problemas relacionados. Discutem-se, adicionalmente, a institucionalidade das políticas públicas e algumas questões da política externa brasileira ligadas ao meio ambiente.*

Palavras-chave: *problemas ambientais, política ambiental, meio ambiente.*

AN OVERVIEW OF BRAZILIAN ENVIRONMENTAL PROBLEMS AND POLICIES

ABSTRACT: *This paper proposes a systemic approach to environmental issues and the related set of public policies in Brazil. The assessment of these two sets of problems and public policies is not meant to be comprehensive and complete, but rather, to try and advance towards an effort of systematization that allows a wider view of public policies. Its primary goal is to focus in on two dimensions of the key elements of the topic: a survey of the country's main environmental problems and the analysis of respective public policies. In addition, the paper discusses the institutional framework of environmental policies in Brazil and some environment-related foreign policy issues.*

Key-words: *environmental problems, environmental policy, environment.*

Recebido em 18/11/2003. Liberado para publicação em 13/01/2004.

Informações Econômicas, SP, v.34, n.4, abr. 2004.